

EXAME DE ADMISSÃO AO ESTÁGIO REMUNERADO

1. A prova contém 40 (quarenta) questões objetivas, com 04 (cinco) itens cada, e 01 (uma) questão discursiva, que deverá ser respondida em, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 30 (trinta) linhas, sob pena de desconsideração de seu conteúdo. Todas as respostas deverão ser apostas na folha de respostas, em anexo à presente prova, usando caneta esferográfica azul ou preta.
2. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos.
3. Não é permitida a consulta a qualquer tipo de material.
4. Não será permitido aos candidatos levar o caderno de provas.
5. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o edital do concurso ou com a folha de resposta, tais como marcações rasuradas ou emendadas.

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Inscrição: _____

Nome (preencher em letra de forma): _____

Assinatura: _____

PARA PREENCHIMENTO PELA BANCA EXAMINADORA

Nota na prova objetiva: _____ (mínimo de 20 pontos para correção da discursiva)

Nota na prova discursiva: _____ (mínimo de 30 pontos na discursiva para aprovação)

Nota final: _____

PROVA OBJETIVA

1- Em relação à normatividade dos princípios constitucionais, marque a alternativa incorreta:

(a) O princípio da dignidade humana é usado como fundamento para reconhecer a obrigação de fornecimento compulsório de medicamentos pelo Poder Público.

(b) A eficácia negativa de um princípio constitucional implica na paralisação da aplicação de qualquer norma ou ato jurídico em contrariedade com este.

(c) O princípio da razoabilidade ou proporcionalidade possui um caráter instrumental, permitindo a adequada interpretação de outras normas.

(d) A aplicação concreta do princípio do devido processo legal não permite que seja negada extradição quando houver fundado receio de que, no país requerente, o referido princípio não será observado

2- Em relação à nacionalidade e ao artigo 12 da Constituição da República Federativa do Brasil, marque a alternativa correta:

(a) A nacionalidade, vínculo jurídico-político que une um indivíduo a um Estado, só pode ser concedida pelos Estados, que devem observar os princípios do direito internacional que regulam a matéria.

(b) As hipóteses de perda de nacionalidade não se aplicam aos brasileiros natos, se restringindo aos naturalizados.

(c) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver a sua naturalização cancelada através de procedimento administrativo no âmbito do Ministério da Justiça instaurado em virtude de prática de atividade nociva ao interesse nacional

(d) Nos termos do artigo 12, II, *a* da Constituição da República, para fins de naturalização, somente poderá ser exigido dos originários de países de língua portuguesa residência por 5 (cinco) anos ininterruptos no Brasil e idoneidade moral.

3- A Constituição da República Federativa do Brasil assegura:

(a) que não haverá, em hipótese alguma, instituição de pena de morte.

(b) que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita apenas aos brasileiros que comprovem insuficiência de recursos, inexistindo obrigação de atendimento a estrangeiros.

(c) que todos os tratados e convenções internacionais que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(d) que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.

4- Assinale a assertiva CORRETA, que estabelece o procedimento de emenda à Constituição de 1988:

(a) Discussão, votação, promulgação e sanção, que pode ser jurídica ou política.

(b) Iniciativa, discussão, votação, promulgação e sanção.

(c) Iniciativa, promulgação e sanção.

(d) Iniciativa, discussão, votação e promulgação.

5- São bens da União, EXCETO:

(a) As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.

(b) Os terrenos de marinha e seus acrescidos.

(c) O mar territorial.

(d) As ilhas costeiras, inclusive, as que sejam sede de Municípios.

6- Qual destas alternativas NÃO é um direito social:

(a) Direito à assistência aos desamparados.

(b) Direito à propriedade.

(c) Direito à educação.

(d) Direito à proteção à maternidade e à infância.

7- Qual das alternativas apresenta uma espécie de norma que não pode ser objeto

do controle de constitucionalidade concentrado, ou seja, por meio de ações diretas de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal?

- (a) Preâmbulo.
- (b) Norma formalmente constitucional.
- (c) Norma materialmente constitucional, mas prevista no texto constitucional.
- (d) Princípios constitucionais implícitos.

8- Em relação à hierarquia das normas, assinale a alternativa correta:

- (a) Leis complementares são dotadas de supralegalidade, isto é, prevalecem em relação a todas as demais normas infraconstitucionais.
- (b) tratados internacionais que versem sobre direitos humanos têm hierarquia de norma constitucional.
- (c) Medida provisória pode revogar lei ordinária.
- (d) tratados internacionais prevalecem em relação às normas constitucionais derivadas.

9- Em relação ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- (a) o julgamento de improcedência de uma ADI implica na declaração de constitucionalidade da norma.
- (b) é possível o manejo de ADI contra o Código Penal.
- (c) A ADI por omissão tem como objeto a ausência de norma constitucional definidora de direitos.
- (d) O Mandado de injunção é cabível para suprir ausência de regulamentação de lei infraconstitucional.

10- Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a assertiva correta.

- (a) Não há pena de morte no ordenamento brasileiro.
- (b) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".
- (c) é assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o sigilo da fonte.
- (d) compete ao tribunal do júri o julgamento de crimes contra a vida.

11- Sobre direitos e garantias sociais, assinale a alternativa correta:

- (a) A filiação a sindicato é uma obrigação do trabalhador.
- (b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive questões judiciais, mas não questões administrativas.
- (d) O aposentado filiado tem direito a votar nas organizações sindicais, mas não pode ser votado.

12- Assinale a alternativa errada:

- (a) A decisão sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos 8 ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (b) É necessário o voto de pelo menos 7 ministros do Supremo Tribunal Federal para a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
- (c) A ação direta de inconstitucionalidade e a ação direta de constitucionalidade têm natureza dúplice.
- (d) O Advogado-Geral da União não tem legitimidade própria para propor ação direta de inconstitucionalidade.

13- São princípios da administração Pública:

- (a) legalidade, moralidade, confiança, subordinação e publicidade;
- (b) eficiência, interesse confiscatório, legalidade e intervenção federal;
- (c) eficiência, adequação dos atos normativos, publicidade e impessoalidade;
- (d) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

14- São elementos do ato administrativo:

- (a) Delegação, avocação, motivo determinante e finalidade.
- (b) Incompetência, forma, objeto, motivo e desvio de finalidade.

(c) Competência, forma, objeto, motivo e finalidade.

(d) Presunção de veracidade, supremacia do ato administrativo e sanção.

15- Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos quando:

(a) Decidam recursos judiciais e não importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação do ato administrativo;

(b) Nos casos em que não dispensam ou declarem a inexigibilidade do processo licitatório;

(c) Decidam processo administrativo de concurso público ou seleção pública e não neguem, limitem ou afetem direitos e interesses;

(d) Neguem, limitem ou afetem direitos e interesse; importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação do ato administrativo;

16- Quanto à discricionariedade e à vinculação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

(a) Discricionário é ato administrativo que não admite controle pelo Judiciário.

(b) O mérito do ato administrativo pode ser definido como o aspecto relativo à conveniência, à oportunidade, à utilidade intrínseca do ato para a administração.

(c) Os atos administrativos referentes ao exercício do poder de polícia são discricionários.

(d) A teoria dos motivos determinantes torna vinculado um ato originalmente discricionário.

17- Acerca do conceito de administração pública, marque a proposição falsa:

a) Em sentido formal, ele designa os entes que exercem a atividade administrativa (pessoas jurídicas, órgãos e agentes).

b) Em sentido material, ele designa a natureza da atividade exercida pelos entes referidos na alínea anterior.

c) Em sentido material, tanto o Judiciário quanto o Legislativo exercem alguma função administrativa, assimilando, portanto, o conceito de “administração pública”.

d) A administração federal direta compreende os serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, mas não da Defensoria Pública-Geral da União

18- Nos termos do art. 1225 do Código Civil, são direitos reais:

(a) A propriedade; a superfície; as servidões; o usufruto; o uso; a habitação; o direito do promitente comprador do imóvel; o penhor; a hipoteca; a anticrese; a concessão de uso especial para fins de moradia; a concessão de direito real de uso.

(b) a propriedade; o usufruto; a hipoteca; a anticrese; o penhor; a tradição; a confusão; a transcrição do título no registro imobiliário; o direito do promitente comprador do imóvel.

(c) a propriedade; a superfície; a enfiteuse; a hipoteca; o penhor; as rendas constituídas sobre imóveis; a concessão de direito real de uso.

(d) a propriedade; a posse direta; o usufruto; a locação; a descoberta; a hipoteca; a enfiteuse; o penhor; a habitação.

19- Em relação à posse, marque a alternativa correta:

(a) Não será concedida ordem de manutenção ou reintegração de posse contra quem provar ser proprietário do bem.

(b) Pelo constituto possessório ocorre a aquisição da posse sem a entrega material do bem.

(c) A compossesão somente é admitida em relação aos bens indivisíveis.

(d) Considera-se de boa-fé a posse que não é violenta nem clandestina.

20- Sobre a decadência e prescrição em nosso Código Civil, assinale a opção INCORRETA:

(a) A renúncia da prescrição pode ser somente expressa, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

(b) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

(c) Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

(d) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.

21- Sobre os atos e negócios jurídicos, marque a alternativa errada:

(a) É nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz.

(b) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.

(c) É anulável o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

(d) Respeitada a intenção das partes, a invalidade da obrigação principal não implica a das obrigações acessórias.

22- É INCORRETO afirmar que:

(a) a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule parcialmente a matéria de que tratava a lei anterior.

(b) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

(c) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

(d) as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

23- Em matéria de competência Federal temos que:

(a) As causas em que a União tenha interesse também podem ser julgadas na Justiça Estadual, sem ser deslocada a competência para a Justiça federal;

(b) Nos Juizados Especiais Federais, assim como na justiça comum, as pessoas jurídicas de direito público terão prazos diferenciados, inclusive para a interposição de recursos;

(c) Compete ao Juizado Especial Federal Civil processar, conciliar e julgar causas da competência da justiça Federal até o valor de 40(quarenta) salários mínimos, bem como executar as suas sentenças;

(d) As empresas privadas e sociedade de

economia mistas, isoladamente, não podem ser julgadas na justiça Federal;

24- A respeito do mandado de segurança é correto afirmar que:

(a) Não é da competência Federal os mandados de segurança em face das instituições privadas de ensino Superior;

(b) A decisão no mandado de segurança impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais;

(c) Não será concedida a medida liminar de mandados de segurança impetrados visando à reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens;

(d) Tanto o Estado quanto o Município são partes passivas na impetração do writ nas ações cominatórias na área das políticas públicas ao efetivo direito à saúde, notadamente para a entrega de medicamentos e tratamento adequado àqueles que necessitem, não deslocando a competência para a Justiça Federal, vez que não é dever da União cumprir tal mister constitucional;

25- Em sede de Ação Civil Pública, possuem legitimidade os seguintes órgãos e entidades para interpô-la:

(a) Somente Ministério Público, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;

(b) Somente Ministério Público, Defensoria Pública, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista, associação que, concomitantemente, esteja constituída há pelo menos 1(um) ano nos termos da lei civil e inclua entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

(c) Somente Defensoria Pública, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista, associação que, concomitantemente, esteja constituída

há pelo menos 1(um)ano nos termos da lei civil e inclua entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
(d) Somente o Ministério Público.

26- São efeitos da citação válida todos os itens abaixo, EXCETO:

- (a) Torna prevento o juízo.
- (b) Constitui em mora o devedor.
- (c) Induz litispendência.
- (d) Faz litigiosa a coisa.

27- Numa ação ordinária, no prazo fixado pelo juiz, o réu apresentou o seu rol com duas testemunhas. Na véspera da audiência, formulou pedido para inclusão de mais uma testemunha. Esse pedido foi indeferido, por ter ocorrido a

- (a) preclusão lógica.
- (b) coisa julgada formal.
- (c) preclusão temporal.
- (d) coisa julgada material.

28- Em matéria de competência na esfera criminal, é correto afirmar:

- (a) A incompetência pertinente a crimes dolosos contra a vida, crimes militares e crimes eleitorais é relativa e improrrogável.
- (b) Em relação à Justiça Federal, a competência da Justiça Estadual é remanescente ou residual.
- (c) Competência de foro e competência de juízo têm o mesmo significado e são absolutas.
- (d) A incompetência de foro não pode ser declarada de ofício.

29- Assinale a alternativa correta:

- (a) Da decisão que indefere a produção de prova pericial em sede de juizado especial federal cabe o recurso de apelação.
- (b) O agravo de instrumento deve ser instruído necessariamente com cópia da decisão agravada, da certidão de intimação e da procuração outorgada aos advogados do agravante e do agravado.
- (c) Da sentença prolatada em juizado especial federal cabe recurso de revista dirigido à Turma Recursal.
- (d) O agravante, no prazo de 5 (cinco) dias,

requererá juntada, aos autos do processo de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso.

30- A lei penal brasileira poderá NÃO ser aplicada no seguinte caso:

- (a) assassinato de Presidente da República Federativa do Brasil durante visita oficial a Paris, França.
- (b) falsificação de cédulas de Real feita por brasileiro em Montevideu, Uruguai.
- (c) genocídio praticado por brasileiro em Tóquio, Japão.
- (d) assassinato de Presidente da República Federal da Alemanha, durante visita oficial a Brasília, Brasil.

31- Acerca da prova no processo penal, assinale a opção CORRETA:

- (a) O sistema da prova tarifada é adotado no Brasil.
- (b) Os crimes que deixam vestígios serão objetos de exame de corpo de delito, que só poderá ser direto.
- (c) O sistema da livre convicção não estabelece valor entre as provas.
- (d) A confissão pode ser presumida.

32- Acerca do processo penal, é CORRETO afirmar que:

- (a) Por se tratar de processo regido por legislação especial, não há que se falar em contagem de prazo em dobro quando assistido o réu pela Defensoria Pública.
- (b) Será declarada a revelia do réu citado pessoalmente que não apresentar defesa, presumindo-se como verdadeiros os fatos narrados pela acusação.
- (c) O prazo para apresentação de embargos de declaração é de 05 dias.
- (d) A falta de defesa técnica é causa de nulidade, devendo o Juiz nomear advogado dativo ou remeter os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, quando o advogado constituído não o fizer.

33- O chamado "princípio da bagatela", considerado basilar em nosso ordenamento jurídico-penal, pode ser aplicado na hipótese de:

(a) Crime de roubo mediante grave ameaça, em que a vítima perdoa o sujeito ativo do delito.

(b) Ocorrer importação de produto proibido, mesmo que de valor expressivo, quando considerado individualmente, não chegar a ocasionar abalo nas finanças públicas.

(c) Prática de crime de furto, em que a coisa subtraída não tenha valor significativo para seu dono.

(d) Prática de crimes patrimoniais contra instituições financeiras de pequeno porte.

34- Assinale a alternativa INCORRETA.

(a) O erro de tipo exclui o dolo, porém permite a punição a título de culpa, nos crimes em que há previsão nesse sentido.

(b) No erro de proibição, o desconhecimento da lei é inescusável; isenta de pena, se inevitável; se evitável, enseja redução de pena na proporção de um sexto a um terço.

(c) Se o erro for justificável pelas circunstâncias, aquele que comete o crime acreditando estar diante de situação de fato que tornaria a situação legítima é isento de pena, o que já não ocorre quando o erro deriva de culpa e o fato é punível a esse título.

(d) Responde pelo crime o terceiro que determina o erro, ainda que também mediante erro.

34- Quanto à imputabilidade penal, é correto afirmar:

(a) a comprovação de que o agente agiu em legítima defesa pode conduzir à sua imputabilidade, com a sua conseqüente absolvição.

(b) como regra geral, a embriaguez culposa pode ser considerada causa excludente de culpabilidade.

(c) Se o agente for considerado totalmente imputável, poderá ainda assim cumprir pena em estabelecimento prisional, desde que tenha sua pena reduzida.

(d) como regra geral, se inicia aos 18 anos, mas o fato de o agente contar com menos de 21 anos na data do fato será considerada atenuante.

35- Sobre o inquérito policial é CORRETO afirmar que:

(a) É indispensável à propositura da ação

penal.

(b) O inquérito poderá ser desarquivado, caso surjam novas provas.

(c) O sigilo pode atingir a figura do Defensor Público.

(d) O arquivamento implícito, no aspecto objetivo, ocorre quando o Ministério Público deixa de incluir na denúncia sujeitos investigados, sem expressa manifestação acerca desse procedimento.

36- A respeito da prescrição, é correto afirmar que:

(a) somente pode ser suscitada quando da apresentação de defesa escrita, nos termos da nova sistemática introduzida pela Lei 11.719/08.

(b) é interrompida com o oferecimento da denúncia, oportunidade em que o prazo prescricional da pretensão punitiva recomeça a ser contado do início.

(c) é causa extintiva da punibilidade e, tratando-se de matéria de ordem pública, pode ser decretada a qualquer momento.

(d) deve ser contado pela metade se o agente contar com mais de 65 (sessenta e cinco) anos na data do fato.

37- A respeito da liberdade provisória, é correto afirmar que:

(a) não pode ser concedida se o réu foi preso em flagrante, uma vez que a situação de flagrância comprova a existência de autoria e materialidade.

(b) deve obrigatoriamente ser deferida quando o acusado comprova a sua primariedade e seus bons antecedentes.

(c) deve ser deferida, independentemente de fiança, sempre que inexistentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, especialmente levando-se em consideração o seu caráter excepcional.

(d) Deve ser revogada sempre que proferida a sentença penal condenatória recorrível, mesmo que o acusado tenha respondido o processo em liberdade.

38- A respeito da fixação da pena, é correto afirmar:

(a) Deve adotar critério trifásico, sendo analisados na primeira fase as circunstâncias judiciais, na segunda fase as atenuantes e agravantes e na terceira fase as

causas de aumento de diminuição.

(b) Deve adotar critério bifásico, sendo analisados na primeira fase as atenuantes, agravantes, os antecedentes e a primariedade do acusado, e na segunda fase as causas de aumento de diminuição.

(c) Deve adotar critério trifásico, sendo que na primeira e na segunda fase podem ser ultrapassados os limites mínimos e máximos da pena, dependendo do caso concreto.

(d) Deve adotar critério bifásico, sendo que na segunda fase podem ser ultrapassados os limites mínimos e máximos da pena, dependendo do caso concreto.

39-A respeito da resposta escrita, é correto afirmar:

(a) serve prioritariamente para arrolar testemunhas, vez que as diligências poderão ser requeridas na fase do artigo 499 do Código de Processo Penal.

(b) deve ser apresentada em 10 (dez) dias após a citação e interrogatório do acusado.

(c) caso o acusado deixe de apresentá-la, o processo deverá passar à próxima fase, para oitiva de testemunhas da acusação.

(d) serve para que o acusado alegue tudo que interesse à sua defesa, especialmente para que arrole testemunhas e requeira diligências, sob pena de preclusão.

40 – Não compete à Defensoria Pública da União

(a) promover ação civil pública

(b) promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos;

(c) atuar na preservação e reparação dos direitos das pessoas vítimas de tortura

(d) atuar nos Juizados Especiais criados pela lei 9.099/95.

QUESTÃO DISCURSIVA

1- Discorra sobre o princípio da supremacia da Constituição e suas repercussões no ordenamento jurídico brasileiro.

FOLHA DE RESPOSTAS – QUESTÕES OBJETIVAS

01- (a) (b) (c) (d) (e)	21- (a) (b) (c) (d) (e)
02- (a) (b) (c) (d) (e)	22- (a) (b) (c) (d) (e)
03- (a) (b) (c) (d) (e)	23- (a) (b) (c) (d) (e)
04- (a) (b) (c) (d) (e)	24- (a) (b) (c) (d) (e)
05- (a) (b) (c) (d) (e)	25- (a) (b) (c) (d) (e)
06- (a) (b) (c) (d) (e)	26- (a) (b) (c) (d) (e)
07- (a) (b) (c) (d) (e)	27- (a) (b) (c) (d) (e)
08- (a) (b) (c) (d) (e)	28- (a) (b) (c) (d) (e)
09- (a) (b) (c) (d) (e)	29- (a) (b) (c) (d) (e)
10- (a) (b) (c) (d) (e)	30- (a) (b) (c) (d) (e)
11- (a) (b) (c) (d) (e)	31- (a) (b) (c) (d) (e)
12- (a) (b) (c) (d) (e)	32- (a) (b) (c) (d) (e)
13- (a) (b) (c) (d) (e)	33- (a) (b) (c) (d) (e)
14- (a) (b) (c) (d) (e)	34- (a) (b) (c) (d) (e)
15- (a) (b) (c) (d) (e)	35- (a) (b) (c) (d) (e)
16- (a) (b) (c) (d) (e)	36- (a) (b) (c) (d) (e)
17- (a) (b) (c) (d) (e)	37- (a) (b) (c) (d) (e)
18- (a) (b) (c) (d) (e)	38- (a) (b) (c) (d) (e)
19- (a) (b) (c) (d) (e)	39- (a) (b) (c) (d) (e)
20- (a) (b) (c) (d) (e)	40- (a) (b) (c) (d) (e)

FOLHA DE RESPOSTAS – QUESTÃO DISCURSIVA

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____